

administrativo, é o ente tributante a parte dotada dos melhores instrumentos para demonstrar ter seguido os preceitos que dão densidade ao devido processo legal formal e substantivo. Quanto à inversão dos ônus sucumbenciais, a empresa-agravada ficou vencida em parte muito pequena de sua pretensão (cobrança de taxas), de modo que o argumento levantado pelo município-agravante é insuficiente para afastar a proporcionalidade da condenação. Agravo regimental ao qual se nega provimento (AI 558.682-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 19.6.2012 grifos nossos). CODESP - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA INCUMBIDA DE EXECUTAR, COMO ATIVIDADE-FIM, EM FUNÇÃO DE SUA ESPECÍFICA DESTINAÇÃO INSTITUCIONAL, SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PORTO MARÍTIMO - MATÉRIA SOB RESERVA CONSTITUCIONAL DE MONOPÓLIO ESTATAL (CF, ART. 21, XII, f)- POSSIBILIDADE DE A UNIÃO FEDERAL OUTORGAR, A UMA EMPRESA GOVERNAMENTAL, O EXERCÍCIO DESSE ENCARGO, SEM QUE ESTE PERCA O ATRIBUTO DE ESTATALIDADE QUE LHE É PRÓPRIO - OPÇÃO CONSTITUCIONALMENTE LEGÍTIMA - CODESP COMO INSTRUMENTALIDADE ADMINISTRATIVA DA UNIÃO FEDERAL, INCUMBIDA, NESSA CONDIÇÃO INSTITUCIONAL, DE EXECUTAR TÍPICO SERVIÇO PÚBLICO - CONSEQÜENTE EXTENSÃO, A ESSA EMPRESA GOVERNAMENTAL, EM MATÉRIA DE IMPOSTOS, DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL FUNDADA NA GARANTIA DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (CF, ART. 150, VI, a)- O ALTO SIGNIFICADO POLÍTICO-JURÍDICO DESSA GARANTIA CONSTITUCIONAL, QUE TRADUZ UMA DAS PROJEÇÕES CONCRETIZADORAS DO POSTULADO DA FEDERAÇÃO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DA CODESP, EM FACE DO IPTU, QUANTO ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS NO DESEMPENHO DO ENCARGO, QUE, A ELA OUTORGADO, FOI DEFERIDO, CONSTITUCIONALMENTE, À UNIÃO FEDERAL - DOCTRINA - JURISPRUDÊNCIA - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS (RE 265.749-ED-ED, Rel.Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe 22.8.2011 grifos nossos). CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇOS DE SAÚDE. 1. A saúde é direito fundamental de todos e dever do Estado (arts. 6º e 196 da Constituição Federal). Dever que é cumprido por meio de ações e serviços que, em face de sua prestação pelo Estado mesmo, se definem como de natureza pública (art. 197 da Lei das leis). 2. A prestação de ações e serviços de saúde por sociedades de economia mista corresponde à própria atuação do Estado, desde que a empresa estatal não tenha por finalidade a obtenção de lucro. 3. As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea a do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. 3. Recurso extraordinário a que se dá provimento, com repercussão geral (RE 580.264, Redator para o acórdão o Ministro Ayres Britto, Plenário, DJe 6.10.2011 grifos nossos). Dessa orientação jurisprudencial não divergiu o julgado recorrido, pelo que nada há a prover quanto às alegações do Recorrente. 8. Pelo exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário (arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Publique-se. Brasília, 9 de agosto de 2013. Ministra CÁRMEN LÚCIA Relatora (STF, RE: 704691 SP, Relator: Min. Cármen Lúcia, julgado em 09/08/2013, publicado em 14/08/2013).

O fundamento a esse entendimento ampliativo não é outro senão o de que, voltando-se a entidade de direito privado à prestação de um serviço público essencial e próprio do Estado, é constitucional a extensão do benefício da imunidade tributária, ainda que haja

contraprestação pelo serviço através de tarifa.

A partir dos julgados da Corte Superior o que releva considerar para o reconhecimento do direito à imunidade tributária recíproca é a essencialidade do serviço prestado, pouco importando se ele se opera de forma direta ou, ainda, mediante delegação por meio de concessão, autorização ou permissão.

Nesse passo, não há dúvidas de que os serviços de abastecimento de água tratada e tratamento de esgotos prestados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN são passíveis de serem considerados sempre *serviços essenciais*.

No desempenho desse mister a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN substitui o Estado no dever de prestar serviço eminentemente público, e o fato de estar constituída sob a forma de sociedade de economia mista não impede a concessão do benefício fiscal em seu favor.

Embora figure como pessoa jurídica de direito privado, sob diversos aspectos a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN se submete ao regime jurídico administrativo, notadamente quanto à forma de contratação de pessoas, de aquisição de bens e de controle de atos de gestão dos administradores.

Em outras palavras, a exploração da atividade econômica - e, como tal, a obtenção de vantagem lucrativa - é incompatível com a prestação de um serviço público de natureza essencial, que se destina ao atendimento de uma necessidade básica da sociedade, não adequando ao regime de mercado ou da livre iniciativa.

Não é demais lembrar que a atuação do Estado na exploração da atividade econômica somente pode ser dar em caráter absolutamente excepcional, nos termos do art. 173, da Constituição Federal.

Assim, ainda que no Estatuto Social haja previsão da obtenção de lucros e da sua distribuição aos acionistas e administradores, a atividade empreendida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN não se volta a esse mote - e nem poderia - em razão da essencialidade dos serviços prestados. A finalidade lucrativa, embora presente, é questão secundária, sendo o fim primeiro a prestação do serviço público essencial e de qualidade.

Outrossim, a cobrança de tarifas pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN não basta ao reconhecimento de que se trata de entidade exploradora da atividade econômica. A tarifa, antes de tudo, é exigida como contraprestação pelo serviço prestado e se destina à cobertura dos custos dos serviços e à captação de recursos para novos investimentos.

No âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região já existem precedentes nesse sentido.

EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. REMESSA OFICIAL. INTERPOSIÇÃO DE OFÍCIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇOS DE SAÚDE - SUS. CONFUSÃO. HONORÁRIOS.

1. A sentença está sujeita ao reexame necessário, porquanto o valor da dívida ativa executada excede o limite de sessenta salários mínimos.
 2. Aplicável a imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS. Precedente do STF.
 3. Mesmo que os créditos de contribuições previdenciárias não estejam ligados à imunidade tributária reconhecida pelo STF, há de se ver que a íntima vinculação da executada às instâncias administrativas da União, que lhe mantém o funcionamento, leva à conclusão de que não cabe a execução - com todos os seus ônus decorrentes - para recuperar créditos que serão, em última análise, custeados por valores provenientes dos cofres fazendários federais.
 4. Honorários advocatícios mantidos em R\$ 10.000,00, em consonância com o artigo 20, § 4º, do CPC e precedentes desta Turma.
- (TRF4, AC 5024306-53.2011.404.7100, Segunda Turma, Relatora Des. Fed. Luciane Amaral Corrêa Münch, D.E. 27/11/2013)

IMUNIDADE RECÍPROCA. ARTIGO 150, VI, 'A', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. Impõe-se o reconhecimento da imunidade recíproca do artigo 150, VI, 'a', em benefício de sociedade de economia mista prestadora de serviço público. INDÉBITO TRIBUTÁRIO. ATUALIZAÇÃO. TAXA SELIC. É aplicável ao indébito tributário atualização apenas pela taxa SELIC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. Cabe reduzir os honorários advocatícios quando excessivos, considerada preponderantemente a singeleza da demanda.

(TRF4, APELREEX 5000297-15.2011.404.7201, Segunda Turma, Relator Des. Fed. Rômulo Pizzolatti, D.E. 29/05/2013).

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. ART. 150, VI, A, DA CF. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. As sociedades de economia mista, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea a do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, em relação às atividades vinculadas a suas finalidades essenciais, que tenham como objeto a prestação de serviços públicos.

(TRF4, APELREEX 5002547-21.2011.404.7201, Segunda Turma, Relator Des. Fed. Otávio Roberto Pamplona, D.E. 05/10/2012).

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. ART. 150, VI, ALÍNEA 'A', DA CR. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA MUNICIPAL. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. EXIGIBILIDADE DE IRPJ, PIS/COFINS E CSLL.

1. A imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição abrange apenas os impostos, não alcançando as contribuições sociais, razão pela qual são devidos o PIS, a COFINS e a CSLL.
 2. Sociedade de economia mista municipal que presta serviço público tem direito à imunidade recíproca no que se refere à renda decorrente da atividade pública desempenhada, não sendo contribuinte do IRPJ quanto às rendas obtidas como decorrência direta da prestação de serviço público, nos limites do § 2º, última parte, do art. 150 da Constituição. Precedentes do STF.
- (TRF4, APELREEX 2007.71.07.000358-0, Primeira Turma, Relator Des. Fed. Joel Ilan Paciornik, D.E. 03/03/2011)

Assim, deve ser reconhecida a imunidade tributária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

Quanto ao reconhecimento da inexistência de débitos presentes na Intimação SEORT n. 0126/2013, a declaração imprescinde da apuração própria da liquidação de sentença.

- Dos pedidos de compensação de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não homologados.

Reconhecida a imunidade tributária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, passo ao exame da legalidade das glosas lançadas pela autoridade fiscal aos pedidos de compensação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em razão da improcedência do crédito pleiteado.

Segundo alega a autora, nos pedidos de compensação que formulou, a autoridade fiscal proferiu julgamento padrão aduzindo, em síntese, que *a compensação foi não homologada em razão da improcedência do crédito pleiteado, tendo em vista se tratar de pagamento realizado a título de estimativa mensal de pessoa jurídica tributada pelo lucro real, a qual deveria ter sido utilizada na dedução do IRPJ devido no encerramento do exercício de 2008, ou para compor o saldo negativo de IRPJ do período ao qual se refere, consoante o entendimento do art. 10 da IN SRF 600, de 28 de dezembro de 2005 (evento 1, INT4, fls. 7/52, INT5, fls. 7/44).*

De fato, aduziu o órgão fiscal que, na condição de *pagamentos por estimativa*, os valores excedentes não guardam natureza de indébito tributário que autoriza a restituição da exação, não sendo possível, por conseguinte, a compensação administrativa pretendida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Contudo, a autora referiu que o entendimento predominante até então vedava a compensação ou a restituição via PER/DECOMP, mas permitia que os pagamentos feitos por estimativa fossem integralmente deduzidos na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Sustentou a ilegalidade dos fundamentos lançados pela autoridade fiscal para a não-homologação das compensações efetuadas em razão da edição da Instrução Normativa n. 900/2008, que revogou a Instrução Normativa n. 600/2005, permitindo, desde então, a realização das compensações a partir dos excedentes das estimativas mensais.

Alegou a que o art. 11 da IN 900/2008, que permitiu aos contribuintes a realização da compensação das estimativas, é norma de caráter interpretativo, vindo a dar novo entendimento sobre a compensação que, até então, se interpretava como indevida pelo Fisco.

Invocou o disposto no art. 106 do Código Tributário Nacional, que impõe a retroação dos efeitos da norma interpretativa para abranger fatos pretéritos.

Em síntese, o que pretende a autora é ver reconhecido o caráter interpretativo do art. 11 da Instrução Normativa n. 900/2008, que permitiu a realização da compensação por estimativa, revogando as disposições presentes na Instrução Normativa n. 600/2005, cuja norma vedava a sua realização.

Para o deslinde, transcrevo os atos normativos referidos, no ponto que é pertinente ao caso dos autos.

A Instrução Normativa SRF n. 600, de 28 de dezembro de 2005, referia:

Art. 10. A pessoa jurídica tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado que sofrer retenção indevida ou a maior de imposto de renda ou de CSLL sobre rendimentos que integram a base de cálculo do imposto ou da contribuição, bem assim a pessoa jurídica tributada pelo lucro real anual que efetuar pagamento indevido ou a maior de imposto de renda ou de CSLL a título de estimativa mensal, somente poderá utilizar o valor pago ou retido na dedução do IRPJ ou da CSLL devida ao final do período de apuração em que houve a retenção ou pagamento indevido ou para compor o saldo negativo de IRPJ ou de CSLL do período. (grifos)

Por sua vez a Instrução Normativa RFB nº 900, de 30 de dezembro de 2008, revogadora do ato normativo precedente, dispõe:

Art. 11. A pessoa jurídica tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado que sofrer retenção indevida ou a maior de imposto de renda ou de CSLL sobre rendimentos que integram a base de cálculo do imposto ou da contribuição somente poderá utilizar o valor retido na dedução do IRPJ ou da CSLL devida ao final do período de apuração em que houve a retenção ou para compor o saldo negativo de IRPJ ou de CSLL do período.

Depreende-se da leitura do dispositivo normativo revogado que, tributada pelo lucro real anual, a pessoa jurídica que efetuasse pagamento indevido ou a maior a título de estimativa de Imposto de Renda ou de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não poderia requerer restituição ou compensação desse pagamento, podendo fazê-lo, todavia, na hipótese de a empresa apresentar saldo negativo no final do período-base.

O entendimento manifesto pelo órgão fiscal até então era o de que, enquanto se caracterizassem apenas como *pagamentos por estimativa*, os valores excedentes não teriam a natureza de indébito tributário, sendo vedada a restituição e, como consectário, a compensação administrativa, ainda que permitida a sua dedução integral na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ.

Assim, restou vedado ao contribuinte realização da compensação de outros tributos e, sobre o valor já adimplido, não haveria qualquer valorização.

Com a edição da Instrução Normativa RFB 900/200 - atualmente revogada pela Instrução Normativa 1.300/2012, que manteve a redação do art. 11 supra transcrito - esse entendimento foi alterado para permitir que o contribuinte pudesse computar as estimativas recolhidas indevidamente na formação do saldo negativo, ou, ainda, solicitar a restituição ou compensação do indébito antes que fosse computado na apuração ao final do ano-calendário.

No caso dos autos, o que pretende a autora, na esteira da orientação dada pela Instrução Normativa n. 900/2008, é que lhe seja permitida a compensação das estimativas recolhidas indevidamente no ano de 2007, considerando-as como *indébito tributário*, antes mesmo da apuração ao final do ano-fiscal 2008.

Ao contestar o feito, a União sustenta que já houve aproveitamento, pela sociedade autora, dos créditos tributários decorrentes de estimativas recolhidas a maior no momento em que realizou o ajuste anual através da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ.